

Sumário

INTRODUÇÃO.....	23
Capítulo 1 – NATUREZA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	25
Capítulo 2 – APLICAÇÃO DA LIA.....	29
2.1. Agente Público segundo a LIA	29
2.2. Agentes Políticos	30
2.2.1. Presidente da República	33
2.2.2. Vice-Presidente da República.....	36
2.2.3. Ministro de Estado	37
2.2.4. Prefeito	41
2.2.5. Ministro do STF, Procurador Geral da República, Advogado- -Geral da União, Membro do CNJ e Membro do CNMP	46
2.2.6. Ministro de Tribunal Superior, Comandantes da Marinha, Ae- ronáutica e do Exército, Ministro do TCU e Chefe de Missão Diplomática de caráter permanente.....	48
2.2.7. Presidente de Tribunal.....	50
2.2.8. Presidente da Câmara dos Vereadores e Vereadores.....	51
2.3. Empregados e dirigentes de concessionárias e permissionários de ser- viços públicos.....	53
2.4. Particular	54
2.4.1. Da inviabilidade de desmembramento de processo contra par- ticular	56
2.4.2. Sócio, cotistas, diretores e colaboradores	56

2.5.	Pessoa Jurídica.....	57
2.6.	Partidos Políticos.....	57
Capítulo 3 – PRINCÍPIOS.....		61
3.1.	Da aplicação dos princípios do direito administrativo sancionador a improbidade administrativa.....	61
3.2.	Princípio da Legalidade.....	62
3.2.1.	Conceito inelástico de Improbidade Administrativa.....	66
3.3.	Princípio do Devido Processo Legal.....	68
3.4.	Princípio da Proporcionalidade.....	68
3.5.	Princípio da Retroatividade da Lei Mais Benéfica.....	73
3.6.	Princípio da Presunção da Inocência.....	75
3.7.	Princípio da Insignificância.....	76
3.8.	Princípio do Promotor Natural.....	79
Capítulo 4 – LEGITIMIDADE PARA INTEGRAR A LIDE.....		81
4.1.	Pessoa Jurídica interessada.....	83
4.2.	Autonomia da Pessoa Jurídica interessada.....	83
Capítulo 5 – COMPETÊNCIA.....		85
5.1.	Sistema Americano de Direitos Humanos.....	85
5.2.	Prerrogativa de foro.....	86
5.2.1.	Ministro do STF.....	97
5.2.2.	Governador.....	98
5.2.3.	Ministro do TCU.....	99
5.3.	Justiça Comum Estadual.....	100
5.3.1.	Ajuizamento da demanda pelo MPF.....	106
5.4.	Justiça Comum Federal.....	108
5.4.1.	Ajuizamento da demanda pelo MPF.....	111
Capítulo 6 – REFORMA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SUA APLICAÇÃO.....		115
6.1.	Aplicação retroativa nas hipóteses de não conhecimento do recurso..	118
6.2.	Aplicação de ofício das alterações da LIA.....	118
6.3.	As alterações da LIA tipificaram os atos de improbidade de forma taxativa.....	120

Capítulo 7 – INQUÉRITO CIVIL.....	121
7.1. Necessidade.....	121
7.2. Prazo para apuração de notícia fato no âmbito de inquérito civil.....	121
Capítulo 8 – VEDAÇÃO AO DESVIO DE FINALIDADE DA AÇÃO	123
Capítulo 9 – RESPONSABILIDADE.....	125
9.1. Mera ilegalidade.....	125
9.2. Responsabilidade objetiva	127
9.3. Responsabilidade solidária por omissão da administração.....	131
Capítulo 10 – VEDAÇÃO DO ADIANTAMENTO DE CUSTAS, DO PREPARO, DE EMOLUMENTOS E DE HONORÁRIOS PERICIAIS	133
Capítulo 11 – DOLO E CULPA	135
11.1. Revogação do tipo culposo.....	135
11.2. A ausência do dolo não caracteriza ato de improbidade administrativa.....	137
11.3. Dolo Específico.....	139
11.3.1. Nas condutas tipificadas na Lei de Conflito de Interesses	144
Capítulo 12 – A REVOGAÇÃO DO TIPO GENÉRICO DO ART. 11, I, DA LIA	147
12.1. Das condutas tipificadas na Lei das Eleições.....	152
12.2. Das condutas tipificadas na Lei de Conflito de Interesses	153
12.3. Das Condutas tipificadas no Estatuto das Cidades	154
Capítulo 13 – DA DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA.....	157
Capítulo 14 – VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	161
14.1. Pagamento de serviços prestados	163
Capítulo 15 – DA REVOGAÇÃO DOS TIPOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PREVISTOS NOS ARTIGOS 9º E 10	167
Capítulo 16 – ATOS PRATICADOS CONTRA ENTIDADE PRIVADA CUJO CRIAÇÃO OU CUSTEIO ERÁRIO TENHA CONCORRIDO E A LIMITAÇÃO DA SANÇÃO.....	171

Capítulo 17 – DA PROVA	173
17.1. Ônus da prova	175
17.2. Da necessidade de ratificação das provas em juízo	178
17.3. Da ausência de Provas	179
17.4. Da prova emprestada.....	181
17.4.1. Limites da utilização	182
17.5. Da repercussão das provas produzidas em outras searas	183
17.5.1. Da (I)licitude das provas produzidas em outras searas	183
Capítulo 18 – COLABORAÇÃO PREMIADA NO ÂMBITO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	187
Capítulo 19 – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL	189
19.1. Legitimidade ativa.....	189
19.2. Requisitos	191
19.3. Objeto	196
19.4. Suspensão do feito.....	199
19.5. Momento.....	199
19.5.1. Ação Rescisória.....	201
19.6. Descumprimento	203
Capítulo 20 – MEDIDAS CAUTELARES	205
20.1. Afastamento Cautelar.....	205
20.2. Indisponibilidade de bens	208
20.2.1. Requisitos	208
20.2.1.1. Aplicação imediata das alterações da LIA.....	210
20.2.2. Limitação	211
20.2.2.1. Bens adquiridos antes da prática do ato	214
20.2.2.2. Bens que possuem nexos com o ato	216
20.2.3. Litisconsórcio passivo.....	216
20.2.3.1. Intranscendência da reparação do dano	216
20.2.3.2. Limite dos valores bloqueados.....	217
20.2.4. Possibilidade de substituição do bloqueio.....	217
20.2.5. Bloqueio de bens de terceiros	218
20.2.6. Ordem de bloqueio.....	219

20.2.7. Garantia da prestação de serviços públicos e efeitos práticos da decisão	220
20.2.8. Bem de família.....	221
20.2.9. Penhorabilidade de salário e a garantia da preservação do suficiente para garantir a subsistência.....	222
Capítulo 21 – DIREITO DE DEFESA	223
21.1. Da paridade de armas entre defesa e acusação.....	223
21.2. Direito de defesa no âmbito da apuração.....	224
Capítulo 22 – REQUISITOS PARA CARATERIZAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE QUE ATENTE CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	225
Capítulo 23 – PETIÇÃO INICIAL.....	227
23.1. Requisitos	227
23.2. Rejeição da Inicial	228
23.3. Questões preliminares	231
23.4. Ausência de justa causa.....	231
23.5. Recebimento	232
Capítulo 24 – DECISÕES	235
24.1. Decisão que recebe a inicial.....	235
24.2. Sentença.....	237
Capítulo 25 – DO JULGAMENTO IMPROCEDENTE	239
Capítulo 26 – DA CONVERSÃO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA	241
26.1. Conversão para reparação de danos	242
Capítulo 27 – VEDAÇÃO AO <i>BIS IN IDEM</i>.....	243
27.1. Punitivo	243
27.2. Ressarcitório.....	245
27.3. Medida Cautelar de indisponibilidade de bens	248

Capítulo 28 – ALTERAÇÕES DOS TIPOS QUE NÃO MAIS CARACTERIZAM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	251
28.1. Inciso IV, do art. 9º.....	251
28.2. Inciso VI, do art. 9º.....	252
28.3. Inciso VII, do art. 9º.....	253
28.4. Inciso I, do art. 10.....	254
28.5. Inciso II, do art. 10.....	255
28.6. Inciso III, do art. 10.....	256
28.7. Inciso IV, do art. 10.....	257
28.8. Inciso VIII, do art. 10.....	257
28.9. Inciso X, do art. 10.....	259
28.10. Inciso III, do art. 11.....	259
28.11. Inciso IV, do art. 11.....	260
28.12. Inciso V, do art. 11.....	262
28.13. Inciso VI, do art. 11.....	262
 Capítulo 29 – DOS ATOS QUE NÃO CARACTERIZAM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	 265
29.1. Descumprimento de decisão judicial.....	265
29.2. Nepotismo.....	267
29.2.1. Ausência do dolo específico.....	273
29.2.2. Agente Político.....	274
29.2.3. Qualificação técnica do nomeado.....	276
29.2.4. Nomeação para órgãos distintos.....	279
29.2.5. Concnhado e Consobrinho.....	280
29.3. Licitação.....	283
29.3.1. Inexigibilidade.....	285
29.3.2. Dispensa.....	288
29.3.3. Aquisição sem licitação.....	292
29.3.4. Ausência de publicação.....	293
29.3.5. Nomeação dos membros da Comissão de Licitação.....	294
29.4. Contratação pela Administração Pública.....	296
29.4.1. Contratação de consultoria jurídica.....	296
29.4.2. Contratação com empresa que esposa é sócia.....	299

29.4.3. Prorrogação de Contrato por necessidade pública	299
29.4.4. Aquisição de combustível e veículos	301
29.5. Inadimplimento de parcelamento	301
29.6. Transparência	302
29.6.1. Prestação de Contas	302
29.6.1.1. Fora do prazo	302
29.6.1.2. Ausência	305
29.6.1.2.1. Prefeito	308
29.6.1.3. Atraso na publicação	309
29.6.1.4. Prestação irregular	310
29.6.2. Prestação de informações no Portal da transparência fora do prazo	311
29.6.3. Ausência de alimentação de sistema	312
29.6.4. Conduta omissiva de não fornecer documentos a nova gestão	313
29.7. Hora extra	314
29.8. Recolhimento de encargos previdenciárias	316
29.8.1. Pelo ente público	316
29.8.2. Por empresa contratada	319
29.9. Emissão de Parecer	321
29.10. Emissão de cheque sem fundo	324
29.11. Financeiro	326
29.11.1. Ausência de inclusão no orçamento de dívida originária de precatório	326
29.11.2. Omissão de receitas	327
29.11.3. Majoração de vencimentos nos 180 dias anteriores ao final do mandato	329
29.12. Execução parcial e pagamento na proporção dos serviços executados	330
29.13. Concurso Público	333
29.13.1. Nomeação fora da ordem de classificação	333
29.13.2. Contratação temporária em detrimento do concurso público	335
29.13.3. Contratação por processo seletivo em detrimento de concurso	339
29.14. Servidor Público	341
29.14.1. Trabalho remoto	341
29.14.2. Participação de protesto e licença médica	341

29.14.3. Jornada especial	342
29.15. Contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas.....	343
29.16. Recebimento de diárias	344
29.17. Situação precária do Conselho Tutelar.....	345
29.18. Ausência de repasses empréstimo consignado	345
Capítulo 30 – NULIDADE.....	349
30.1. Nulidade por ausência de Citação	349
30.2. Nulidade por falta de intimação da defesa para apresentar Alegações Finais	351
30.3. Nulidade da Condenação	352
30.3.1. Por ausência de fundamentação.....	355
Capítulo 31 – DAS SANÇÕES.....	357
31.1. Da individualização da pena.....	360
31.2. Dosimetria da Pena	361
31.3. Perda da função.....	362
31.3.1. A perda de função não contempla a perda de cargo	366
31.3.2. Não se aplica a sanção de perda da função nos atos de im- probidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública	370
31.4. Cassação da aposentadoria	371
31.5. Multa.....	373
31.5.1. Aplicação da penalidade de multa nos casos em que não há proveito ou vantagem pessoal.....	374
31.5.2. Termo <i>a quo</i> da contagem da correção monetária.....	376
31.6. Suspensão dos Direitos Políticos.....	377
31.6.1. Termo <i>a quo</i> de contagem da suspensão dos direitos políticos ..	377
31.6.2. A suspensão dos direitos políticos depende de processo judi- cial.....	377
31.6.3. Não se aplica a suspensão dos direitos políticos nos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.....	379
31.6.4. Ausência de dano ao erário.....	380
31.6.5. Reabilitação	381
31.7. Proibição de contratação com poder público e de receber benefícios	

ou incentivos fiscais ou creditícios.....	382
31.8. Necessidade do trânsito em julgado.....	385
31.8.1. Proibição para contratar com o poder público.....	387
31.9. Ressarcimento.....	387
31.9.1. Natureza do ressarcimento do dano.....	388
31.9.2. Ressarcimento quanto aos atos que atentam contra os Princípios da Administração Pública.....	388
31.9.3. Da intranscendência da reparação do dano.....	389
31.10. Da possibilidade de parcelamento.....	390
31.11. Atos de menor ofensa.....	391
31.12. Pena máxima.....	391
31.13. Execução das penalidades.....	392
31.13.1. Aplicação de medidas atípicas.....	392
Capítulo 32 – INELEGIBILIDADE EM DECORRÊNCIA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	397
32.1. Competência para analisar.....	397
32.2. Atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública.....	399
Capítulo 33 – PRESCRIÇÃO.....	401
33.1. Suspensão do prazo prescricional.....	401
33.2. Interrupção do prazo prescricional.....	402
33.3. Efeitos da suspensão e interrupção da prescrição.....	403
33.4. Da preclusão da propositura da ação de improbidade administrativa.....	404
33.5. Prescrição intercorrente.....	405
33.6. Da irretroatividade do art. 23 alterado pela Lei nº 14.230/2021.....	407
33.7. Prescrição da pretensão punitiva.....	410
33.8. Prescrição quanto ao particular.....	410
33.9. Prescrição do ressarcimento ao erário.....	411
Capítulo 34 – DAS DIFERENTES INSTÂNCIAS.....	415
34.1. Da repercussão das decisões de outras searas.....	415
34.1.1. Da repercussão da decisão de improbidade administrativa na seara penal.....	416

34.2. Da independência das instâncias	417
Capítulo 35 – DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.....	419
Capítulo 36 – DOS RECURSOS.....	421
36.1. Reexame necessário	421
36.2. Recurso Especial	424
36.2.1. Da presunção de relevância	424
36.2.2. Do cabimento para discutir a desproporcionalidade da pena aplicada.....	425
36.3. Efeito extensivo ou expansivo do recurso.....	426
36.4. Decisões interlocutórias.....	426
Capítulo 37 – AÇÃO RESCISÓRIA.....	429
37.1. Ação rescisória em face dos tipos revogados.....	432
37.2. Prova nova	434
Capítulo 38 – JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	437
38.1. Princípio da Legalidade.....	437
38.2. Princípio da razoável duração do processo	438
REFERÊNCIAS.....	443
ÍNDICE REMISSIVO DAS TESES DEFENSIVAS	465